

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – LICENCIATURA**

MARINES DE FATIMA SALES

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE:
UM RELATO A PARTIR DA UFFS/CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**

LARANJEIRAS DO SUL-PR

2023

MARINES DE FATIMA SALES

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE:
UM RELATO A PARTIR DA UFFS/CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado(a).

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Augusto Durat

LARANJEIRAS DO SUL-PR

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Sales, Marines de Fatima
DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE:: UM RELATO A PARTIR DA UFFS/CAMPUS
LARANJEIRAS DO SUL / Marines de Fatima Sales. -- 2023.
36 f.:il.

Orientador: Doutor Cristiano Augusto Durat

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

1. Desafios. 2. Diversidade. 3. Indígenas. 4.
Permanência. I. Durat, Cristiano Augusto, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARINES DE FATIMA SALES

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA
UNIVERSIDADE:
UM RELATO A PARTIR DA UFFS/CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Educação do Campo – Licenciatura,
da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Licenciado(a).**

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 19/07/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Augusto Durat – UFFS
Orientador



Profa. Dra. Líria Angela Andrioli – UFFS
Avaliadora



Profa. Dra. Marciane Maria Mendes – UFFS
Avaliadora

Dedico este trabalho aos meus filhos, pois foi pensando neles que tive persistência para chegar até o final desse curso. Também agradeço aos meus professores da UFFS pela paciência e por não desistirem de mim.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus filhos que foram o meu porto seguro durante essa trajetória, pois sempre foram minha motivação para concluir meus estudos. Agradeço também ao meu ex-companheiro que apesar de todas as nossas dificuldades, sempre esteve ao meu lado, me incentivando e dando suporte para não desistir. Agradeço também a minha prima que me ajudou nessa caminhada, orientando na execução do projeto até chegar na sua defesa.

Agradeço a todos os educadores da UFFS, principalmente ao meu orientador, prof. Dr. Cristiano Augusto Durat, que por meio de seus ensinamentos, paciência e diálogos auxiliaram em meu processo de formação. Agradeço também, a todos que me ajudaram com palavras de apoio e incentivo, que apesar de não me conhecer muito bem, sempre acreditaram em minha capacidade. Igualmente estendo um agradecimento especial à UFFS, por garantir aos estudantes indígenas acesso e permanências em seus cursos de graduação e de pós-graduação.

Enfim, agradeço a Deus, pois me deu força e coragem para conseguir chegar até aqui. Agradeço aos meus colegas do curso Educação do Campo - Licenciatura, pelas possibilidades e trocas de experiências obtidas durante o percurso de formação.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar alguns dos desafios enfrentados pelos acadêmicos indígenas na permanência e conclusão de um curso na universidade. Para essa pesquisa, utiliza-se como exemplos os acadêmicos indígenas residentes na Terra Indígena de Mangueirinha, município de Chopinzinho-PR. A temática está interligada com os desafios que os indígenas enfrentam quando se deparam com uma realidade totalmente diferente da qual eram acostumados. Esse estudo vincula-se aos indígenas que estão estudando na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no Campus de Laranjeiras do Sul/PR. O foco principal é conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelos indígenas para concluir o ensino superior em uma universidade. Para isso, o trabalho busca aprofundar os conhecimentos através de estudos e leituras de autores que trabalham com o tema abordado. A metodologia utilizada será de natureza bibliográfica e de entrevistas semiestruturadas com acadêmicos indígenas da UFFS. Buscamos compreender um pouco da trajetória dos estudantes indígenas na universidade, suas principais dificuldades frente à diversidade encontrada fora do seu contexto cultural. Para tanto, analisamos a política de permanência dos povos indígenas na universidade.

Palavras-chave: Desafios. Diversidade. Indígenas. Permanência.

ABSTRACT

The present work aims to highlight some of the challenges faced by indigenous academics in the permanence and completion of a course at the university. For this research, indigenous academics residing in the Indigenous Land of Mangueirinha, in the municipality of Chopinzinho-PR, are used as examples. The theme is intertwined with the challenges that indigenous people face when they are faced with a reality that is totally different from the one they were used to. This study is linked to the indigenous people who are studying at the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), on the Campus of Laranjeiras do Sul/PR. The main focus is to know the main difficulties faced by indigenous people to complete higher education at a university. For this, the work seeks to deepen knowledge through studies and readings of authors who work with the topic addressed. The methodology used will be bibliographic in nature and semi-structured interviews with indigenous scholars from UFFS. We seek to understand a little of the trajectory of indigenous students at the university, their main difficulties in the face of the diversity found outside their cultural context. To do so, we analyze the policy of permanence of indigenous peoples in the university.

Keywords: Challenges. Diversity. Indigenous. Permanence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Território ocupado pelos Kaingang – Decreto nº 64/1903	24
Figura 2-Localização da Terra Indígena de Mangueirinha	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
CONSUNI	Conselho Universitário
TI	Terra Indígena
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ELETROSUL	Energia Elétrica do Sul do Brasil
PIN	Programa Indígena

1 INTRODUÇÃO

No fim do ano de 2018, surgiu a oportunidade dessa pesquisadora fazer um curso superior na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Naquele momento, eu não conhecia nada da realidade acadêmica, principalmente por ser pertencente a uma etnia indígena. Entretanto, surgiu a oportunidade de participar do processo seletivo especial para o Curso de Educação do Campo - Licenciatura, onde eu fiz o mesmo fiz e fui aprovada. Para mim, era uma oportunidade única de cursar um ensino superior, pois, ofereceram vagas específicas para estudantes indígenas, além de dar um suporte financeiro para garantir as necessidades básicas aos acadêmicos indígenas.

Então, em meio às dificuldades do dia a dia como acadêmica indígena, que comecei a vivenciar dentro da universidade, surgiu a ideia de escolher um tema que abordasse os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas dentro da universidade - UFFS, pois, a partir das pesquisas poderíamos conhecer melhor o público indígena. Através das informações coletadas, pode-se refletir acerca de como encontrar melhorias no atendimento aos estudantes indígenas, assim como aperfeiçoar as políticas públicas já existentes na universidade em prol dos universitários indígenas.

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, através de análise bibliográfica e documental. Também utilizamos a aplicação de um questionário junto aos acadêmicos indígenas da universidade, que estão na graduação e fazem parte da Terra Indígena de Mangueirinha. Desse modo, compreendemos que:

[...] Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. (SEVERINO, 2017, p. 86).

Esse autor fala sobre a importância de conhecer as formas como devemos prosseguir com a pesquisa qualitativa, como elas nos orientam a proceder a escrita e organização do trabalho acadêmico. É importantíssimo que nos orientamos corretamente como o tipo de método que será utilizado, pois é através dele que teremos êxito em nossa pesquisa.

Ainda segundo Severino (2017, p. 4): “São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas”.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa é a mais apropriada para essa pesquisa, uma vez que analisa em profundidade a problemática anunciada. O questionário ora aplicado aos estudantes almejou reunir informações acerca da sua trajetória acadêmica, no campus de Laranjeiras do Sul. As respostas dadas pelos estudantes nos permitiram uma reflexão acerca das suas principais dificuldades em concluir seu curso de graduação.

Em termos de temporalidade sobre a Educação escolar indígena, entendemos que a partir da Constituição de 1988, o Estado passou a ser responsável pelos subsídios necessários para oferecer um ensino de qualidade e diferenciado para os povos indígenas, vem ocorrendo transformações na vida acadêmica dos estudantes indígenas.

Esses indivíduos estão cada vez mais ocupando seus espaços dentro de uma universidade pública. Mas, ainda há muita resistência dos indígenas em se adaptar a realidade fora da comunidade, pois tudo é novo, o que leva o sujeito a se sentir um tanto “isolado” nesse espaço. Contudo:

[...] o ingresso e a permanência dos indígenas no espaço universitário e urbano (no caso daqueles que passam a residir nas cidades) tornam-se desafiadores para esses sujeitos, que passam a aprender, a vivenciar e a intercambiar diferentes perspectivas, concepções e experiências, provocando e sendo por elas provocados a refletir sobre sua identidade étnica. (AMARAL, 2012, p 4).

A partir do momento que o estudante indígena começa a sua vida acadêmica, eles se deparam com uma realidade totalmente diferente da sua, ou seja, muitas vezes se sentem deslumbrados com tanta diversidade e acabam se perdendo dos objetivos aos quais foi em busca. Nesse sentido, essa pesquisa busca compreender e evidenciar alguns desafios enfrentados pelos estudantes indígenas. No entanto, Paiva ressalta que:

As populações indígenas têm uma enorme demanda por profissionais qualificados atuando em prol de suas comunidades, e os jovens que estão enfrentando o desafio de se formar precisam estar assistidos pelo Estado e pela universidade, a fim de combater o racismo em todas as suas formas de expressão. Quando um aluno indígena ingressa numa universidade, estão sendo investidos não só os esforços de um jovem e de seus pais, mas de toda uma comunidade tradicional que depende do retorno desse integrante com diploma em mãos e saúde psicológico intacto. (PAIVA, 2020, p. 167-168)

Assim, trabalha-se com a hipótese que o acadêmico indígena muitas vezes é sobrecarregado por sua representação social, e quando enfrenta as dificuldades como o preconceito ou o racismo propriamente dito, acaba abandonando a universidade. Mas se analisarmos o contexto histórico para o ensino superior indígena, podemos ver que houve grandes avanços para a formação superior do indígena, considerando os programas de acesso e permanência dos indígenas em diversas universidades brasileiras:

Considerando o aumento populacional indígena, devemos pensar que em relação à educação escolar e universitária também obteve algum crescimento. Conforme dados mais recentes disponibilizados pelo Censo da Educação Superior, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2018 eram 57.706 indígenas frequentando a educação superior brasileira, destes 3.151 estudam nas universidades da região Sul. (DURAT, MENDES, ONÇAY, 2022, p. 51)

Mesmo assim, com a presença indígena cada vez mais expressiva na universidade, ainda enfrentamos o preconceito e o racismo. Alguns alunos indígenas entram na universidade sem saber falar a sua língua materna, pois, devido a diversos fatores não conseguiram aprender o seu idioma de origem, ou não foi ensinado pelos seus pais. Esses por sua vez, enfrentam muitas dificuldades e preconceitos, pois, não são considerados indígenas por alguns colegas e pelos próprios parentes indígenas. Então, essa pesquisa, vem com intenção de trabalhar as questões relacionadas com algumas das dificuldades enfrentadas pelos universitários indígenas quando entram em uma universidade pública, por meio de vestibulares específicos ou programas direcionado a formação dos indígenas.

Assim, algumas universidades buscam algumas estratégias como políticas de permanência para ajudar o estudante indígena a permanecer na instituição, levando em consideração as suas especificidades culturais. Para a pesquisadora Maria Aparecida Bergamaschi (2018), houve grandes avanços nas políticas de permanência dos estudantes indígenas na universidade, como a criação de monitoria que ajudam os alunos nas suas dificuldades com os estudos, assim como a bolsa permanência que auxilia os mesmos em suas despesas diárias, principalmente com os materiais necessários para o desenvolvimento das atividades inerentes aos seus respectivos cursos.

Nesse sentido, Luciano e Amaral, destacam que:

A chegada à universidade é sempre destacada pelos estudantes indígenas como um momento marcante em suas experiências, caracterizada por choques, rupturas, mudanças e por encontros e desencontros nesse novo ambiente de vida e de estudos. O primeiro impacto é se sentir perdido e sozinho em um mundo desconhecido, estranho e, às vezes, hostil. Alguns logo desistem e voltam para suas casas. A maioria enfrenta a situação e segue adiante se deparando com outros desafios igualmente sofríveis. (2021, p. 16)

As universidades oferecem alguns recursos para facilitar a adaptação do estudante, mas alguns se sentem totalmente deslocados, em uma cultura e realidade totalmente diferente da sua comunidade, o que o leva a se sentir incapaz de enfrentar os desafios que se apresentam na vida acadêmica. Por isso, é importante conhecer a realidade dos estudantes indígenas para criar estratégias que facilitem a sua adaptação dentro da

universidade, sabemos que já existem algumas, mas podem ser melhoradas e aperfeiçoadas.

Então, por meio dessa pesquisa poderemos compreender um pouco da trajetória do estudante indígena na universidade, suas principais dificuldades frente a diversidade encontrada fora do seu contexto cultural. Assim como, podemos citar também algumas políticas de permanência em favor desses estudantes.

Para conhecer um pouco mais das dificuldades encontradas pelos estudantes indígenas na universidade, utilizamos como metodologia a aplicação de questionário juntos aos acadêmicos residentes na Terra Indígena (TI) de Manguueirinha. Embora nem todos tenham participado da pesquisa, aqueles que responderam nos permitiram confirmar nossas hipóteses de pesquisa e que serão apresentados ao longo do trabalho. Embora tenhamos estudantes das etnias Kaingang e Guarani, apenas os Kaingang participaram da pesquisa.

Sendo assim, o trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo 1, apresentamos à Política de Acesso e Permanência dos povos indígenas na Universidade, conhecido institucionalmente como Programa Indígena (PIN). Nesse tópico, ainda, apresentamos algumas informações e dados sobre a presença indígena no Campus de Laranjeiras do Sul/PR. Para o capítulo 2, contextualizamos a comunidade indígena de Manguueirinha e sua constituição histórica, considerando que os estudantes pesquisados residem nessa comunidade. Para finalizar esse estudo, no capítulo 3, analisamos as respostas dos questionários aplicados junto aos estudantes indígenas, trazendo elementos que possam contribuir para a permanência dos indígenas na universidade, bem como, levantar outras indicações de melhoria do Programa Indígena da UFFS.

2 A POLÍTICA INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Desde a sua concepção a Universidade Federal da Fronteira Sul, sempre priorizou incluir em seus cursos de graduação estudantes oriundos da classe trabalhadora e de outros grupos étnicos “inviabilizadas” das políticas públicas destinadas ao ensino superior brasileiro. Mesmo com toda a articulação e implementação de um processo seletivo voltado para essas classes sociais, era quase nula a presença indígena na universidade. Para satisfazer as necessidades colocadas quando da sua criação, a UFFS, por meio de sua reitoria, criou um grupo de trabalho constituído de professores e servidores técnicos em educação para elaborar, em diálogo com às comunidades indígenas próximos dos campi da universidade, um programa de acesso e permanência desses grupos:

Contemporâneo ao advento da Lei de Cotas, uma comissão constituída no âmbito da UFFS iniciava os primeiros debates para a elaboração da política de acesso e permanência dos povos indígenas na UFFS, com representantes docentes da universidade, de pessoas com experiência acadêmica e profissional junto às comunidades indígenas próximas aos seus campi. Uma importante decisão tomada por essa comissão foi incluir na construção dessa política membros das comunidades indígenas. Muito mais do que apenas legitimar todo esse processo junto aos indígenas, a comissão levou em consideração a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante aos povos indígenas participarem da elaboração, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente. (DURAT, MENDES, ONÇAY, 2022, P. 51)

Concluída essa etapa inicial de construção da minuta da política indígena, onde apresentava-se a demandas indígenas para o pleno sucesso de sua implementação, a mesma foi submetida ao CONSUNI, em 2013, sendo aprovada no mesmo ano.

Para compreender o contexto universitário ao qual os estudantes indígenas estão inseridos, é importante conhecer a política de acesso e permanência da UFFS, o Programa Indígena - PIN. Nesse sentido, iremos apresentar uma parte da Resolução N° 33/2013- aprovada pelo Conselho Universitário - CONSUNI, especialmente do capítulo III, onde estão explicitados os recursos pedagógicos que os estudantes indígenas podem recorrer:

- I - Apoio acadêmico (monitoria/tutoria/acompanhamento psico-sociopedagógico) estruturado em programas e projetos voltados para conteúdos e habilidades necessárias ao desempenho acadêmico e para aspectos relacionados ao processo de aprendizagem;
- II - Atenção à formação político-social como acadêmico, mediante o uso de metodologias de interação que privilegiem o (re) conhecimento das suas características socioculturais e econômicas, a fim de ampliar o repertório político-cultural e estimular uma inserção protagonista na Universidade;

III - Promoção da educação das relações étnico-raciais a estudantes, docentes e técnico-administrativos nos diferentes âmbitos da vida universitária, por meio de cursos de formação sócio-política e etnológica que permitam a percepção das diferenças culturais entre os diversos setores que comportam a Universidade, visando uma educação para a diferença, inclusive nos projetos pedagógicos;

IV - Celebração de convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais para auxiliar a permanência dos estudantes indígenas na Universidade;

V - Apoio financeiro a estudantes de graduação e de pós-graduação, com recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do orçamento institucional e de outras agências de fomento, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a ser implementado por meio de editais específicos, considerando a vulnerabilidade socioeconômica dada pela condição indígena;

VI - Adoção de uma política de moradia estudantil, por meio de programas específicos que contemplem as peculiaridades culturais dos estudantes indígenas e as possibilidades orçamentárias da instituição;

VII - garantir um espaço físico de referência permanente, apropriado à orientação, acompanhamento, desenvolvimento de atividades pedagógicas, socialização dos estudantes indígenas e, principalmente, para facilitar a participação de lideranças indígenas nas decisões relativas ao programa e acompanhamento dos alunos oriundos de suas respectivas comunidades, estimulando o diálogo entre universidade, acadêmicos e lideranças indígenas. (Inciso VII acrescido pela Resolução nº 20/CONSUNI/UFGS/2017).

VIII - Disponibilizar espaço físico e desenvolver ações para garantir o apoio materno infantil por meio de projetos que integram e acolhem crianças que acompanham os pais estudantes. (NOVA REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 89/CONSUNI/UFGS/2021)

§1º Os processos de concessão de bolsas e auxílios institucionais deverão prever formas que favoreçam o acesso para os estudantes indígenas, por meio de regulamentação específica, adotando-se por base os resultados das avaliações periódicas (anuais) do desempenho dos estudantes, feitas pela DPGRAD. (Nova redação dada pela Resolução nº 20/CONSUNI/UFGS/2017).

§2º Fica assegurada a concessão de auxílios financeiros aos estudantes indígenas desde o início do ingresso à Universidade, até o recebimento da Bolsa Permanência do MEC ou de qualquer outra modalidade de bolsa. (RESOLUÇÃO Nº 33/2013- CONSUNI, p. 4)

A partir da leitura da política de permanência indígena na UFGS- CONSUNI podemos analisar a preocupação da instituição em manter os estudantes indígenas na universidade, visto que essa resolução sofreu algumas alterações, para melhorar o atendimento às necessidades dos estudantes indígenas. Ainda precisamos avançar mais nas políticas, mas principalmente, na atuação com a realidade indígena, pois o documento já existe garantindo alguns direitos para os estudantes, mas ainda falta a atuação direta dos indígenas nessas políticas.

De acordo com Paulino (2008), salienta que é difícil discutir acerca do direito do indígena à Universidade, pois são escancaradas as percepções dos não indígenas em relação as políticas de cota que beneficiam os estudantes indígenas. Sem ter muitas informações sobre as lutas que os povos indígenas vêm travando pela garantia de um

mínimo de direitos, há a discriminação racial ou étnico das pessoas que se consideram superiores a essa cultura:

Num esforço de síntese podemos dizer, em linhas gerais, que indígena é visto na universidade através de três prismas: o do privilégio (está sendo beneficiado, então tem que fazer por merecer), o da invisibilidade (simplesmente não é visto, sendo submetido a padrões já consolidados) e, em menor grau, o do preconceito (as infelizes imagens que se têm dos índios: preguiçoso, festeiro, silvícola...). Consideramos que se deva priorizar a capacitação dos quadros universitários, nos quais se discuta acerca do que se pensa hoje do índio brasileiro, no intuito de depurar informações errôneas que trazemos de uma má-formação escolar sobre a história desses povos. Acreditamos nesta ação como fundamental para que o acesso de estudantes possa ser visto enquanto garantia de direitos a povos que sempre estiveram à margem, tanto da universidade, quanto do Estado brasileiro. Esta capacitação não dará conta de alguns casos de má-fé que, para nós, devem ser tratados nas instâncias jurídicas. (PAULINO, 2008, p. 123).

Podemos verificar na argumentação do referido autor, que são muito diversificadas as informações errôneas sobre a cultura e o estudante indígena. Nos centros urbanos ainda se tem a visão do indígena vivendo no modo “antigo”, sem roupa, totalmente nu, perambulando pelo mato de cocar, fabricando seus artesanatos, enfim, um sujeito idealizado pelos não indígenas desconhecedores do modo de vida contemporâneo dessas populações. Quando se deparam com indígenas totalmente diferentes daquela vista em livros, desenhos ou filmes, ficam desconsertados a ponto de causar a discriminação desses estudantes. Sabe-se que esses estudantes participaram de um vestibular específico para poder estar ali dentro da universidade, mas a sociedade, muitas vezes, prefere fechar os olhos diante da realidade atual dos povos indígenas.

Esse tipo de situação é muito presente ainda na atualidade, ou seja, faz parte da realidade do dia a dia dos estudantes indígenas que frequentam as universidades do Paraná. Os estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul, juntamente com seus organizadores vem criando políticas de acesso e permanência para os estudantes indígenas que estão presentes naquele local. Também disponibilizam alguns subsídios necessários para manter o estudante ativo na universidade. É através de programas como o auxílio permanência que muitos estudantes indígenas estão conseguindo concluir uma formação superior. Mas ainda há muito a ser feito pelas universidades para garantir a permanência e a conclusão do ensino superior pelos estudantes indígenas, principalmente aqueles oriundos da Terra Indígena de Mangueirinha.

2.1 INDÍGENAS NA UFFS – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL/PR

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus de Laranjeiras do Sul, localiza-se as margens da Rodovia BR- 158, s/n- Zona Rural, Laranjeiras do Sul- PR. Atualmente conta com 885 alunos matriculados nos cursos de graduação, destes 75 são indígenas, dos quais cerca de 97% são oriundos de escolas públicas, incluindo aqui os estudantes indígenas, oriundos das Terras Indígenas Rio das Cobras, Mangueirinha e alguns fora do Estado do Paraná¹.

Dos cursos de graduação ofertados na UFFS merece destaque, o curso Educação do Campo - Licenciatura, o qual é inteiramente voltado para a formação docente que atuem nas escolas do campo e indígena. É o curso mais procurado pelos indígenas, pois oferece possibilidades que facilitam o deslocamento, o qual funciona em regime de alternância em que os alunos vão para a universidade ficam cerca de 25 dias estudando em tempo integral, cuja nomenclatura é o Tempo Universidade, e retornam para sua comunidade ficando mais 25 dias atuando nas escolas indígenas, configurando o Tempo Comunidade.

Para manter esses estudantes indígenas na universidade, contam com o apoio de uma bolsa de estudos, a qual serve para os gastos básicos como estadia, alimentação e deslocamento, além dos materiais necessários para a prática dos estudos. Apesar dos esforços em manter os indígenas no curso, ainda há muita desistência, alguns por não se identificarem com o curso, outros por não conseguirem apoio familiar ou até mesmo pela dificuldade em se habituar em um contexto diferente da sua realidade, ou também por discriminações que acabam sofrendo pelos colegas ou até mesmo pelos próprios docentes.

Outro fator que interfere na conclusão do curso de alguns estudantes indígenas é a questão política dentro das Comunidades, mas também a pouca oferta de vagas nas disciplinas nas quais estão habilitados para lecionar. Pois, das escolas indígenas que se encontram dentro das Comunidades, a maior parte oferece apenas o ensino fundamental e por ter um ensino diferenciado o qual inclui a língua materna como disciplina específica, diminui as aulas das demais disciplinas. Então, em uma escola que tem apenas o ensino fundamental, as chances de ser contratado são mínimas e também depende da influência política dentro dessa comunidade.

¹ Esses dados foram retirados no seguinte endereço eletrônico, elaborado por servidores técnicos da UFFS: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDk0OGI3MmItZmNiYy00YmMyLWExODQtMDk0NTAwYjhOTFmIiwidCI6ImU3MzFkM2I4LTVhMmEtNDMxYy04NTM1LWQ4N2U5ZGYzNDNkNCJ9>. Acessado no dia 22/07/2023.

Como essas discussões foram realizadas por uma estudante indígena da Terra Indígena de Manguairinha, achou-se necessário situar essa comunidade e seu histórico. Então, no capítulo a seguir, será abordado um pouco essa temática.

3 HISTÓRICO DA TERRA INDÍGENA MANGUEIRINHA

Há muitos anos iniciou-se a colonização do Brasil pelos colonizadores estrangeiros oriundos de vários países, mas nessa época o Brasil já era ocupado por populações indígenas de diversas etnias, as principais delas era o guarani e o Kaingang, os quais viviam da caça e da pesca. Conforme os colonizadores foram entrando e praticamente desapropriando os índios de suas terras, os mesmos foram se deslocando mais ao centro do país. A história ficou marcada pela brutalidade com que os colonizadores tratavam os indígenas que habitavam essas terras, muitos eram escravizados, outros eram catequizados para não se oporem às leis e cultura ocidental. Aqueles que se opunham a trocar sua identidade cultural e principalmente deixar de falar a sua língua fugiam com suas famílias e formavam novas comunidades longe da civilização. (HELM, 1997)

Com o passar dos anos com a colonização cada vez mais ampla e tomando conta do território brasileiro, os indígenas iam passando de região em região formando suas comunidades e se instalando em locais de difícil acesso utilizando dos recursos oferecidos naqueles locais. Mas muitos índios já estavam cansados dessa situação e não aceitavam ser comandados pelos colonizadores, pois eles tinham sua cultura, seus costumes e hábitos e não era justo serem massacrados e expulsos de suas próprias terras. Então iniciaram suas lutas pelos seus direitos a um lugar fixo, onde pudessem manter suas famílias e não corressem riscos de vida. A partir de todo esse histórico vamos abranger o histórico de uma região em específico que se encontra na região centro-oeste do Paraná, onde se encontra a maior reserva de araucárias do país. (HELM, 1997)

Em torno de 1810, iniciou-se a colonização de Guarapuava e para escapar dos primeiros contatos com os colonizadores alguns indígenas Kaingang, passaram a se refugiar em Palmas, nas proximidades dos rios Chopim e Iguaçu e no Covó. Esses indígenas não aceitavam se submeter às ordens ou modo de vida dos colonizadores, pois, era uma cultura diferente da sua e não era aceitável deixar de seguir seus costumes e hábitos para seguir uma cultura de invasores. A cultura kaingang é conhecida por ser grandes guerreiros bravos, que não fogem da luta e não aceitam submeter ao poderio de qualquer outra cultura. Então, quando iniciou a instalação de uma Colônia Militar em Chopim em 1882, foram contratados os indígenas para abrir as estradas, ligando Palmas à Chopim, dessa forma os kaingangs liderados pelo cacique Antonio Joaquim Cretã foram mantendo contato permanente com o povoado da região. (HELM, 1997)

Assim, conforme era aberto o caminho para a colônia Militar de Chopin, os indígenas iam se instalando a beira da estrada que era construída pela mata. Ao final dos serviços prestados na construção das estradas, em reconhecimento aos serviços prestados pelos indígenas kaingangs, o Governo do Estado do Paraná queria fazer o pagamento em valores e moedas, mas os kaingangs recusaram, pois, reivindicaram a garantia da posse do território que estavam ocupando. Dessa forma para atender a reivindicação dos indígenas o governo concedeu 16.375 hectares de terra pela União, através do decreto nº64 de 1903, para compensar os serviços prestados em favor da Colônia Militar de Chopinzinho. Assim ficou estabelecido,

Decreto N.º 64 – de 2 de Março de 1903 O Governador do Estado do Paraná, atendendo a que a tribo de índios Caingangs, ao mando do cacique Antonio Joaquim Cretan, acha-se estabelecida na margem esquerda do ribeirão do Lageado Grande, no município de Palmas: e Considerando que é mister garantir-lhes morada estável de modo a se dedicarem á agricultura a que estão afeitos; Usando da autorização que lhe é conferida pelo art.º 29 da lei n.º 68, de 20 de Dezembro de 1892, decreta: Art.º Unico. Fica reservada para estabelecimento de tribus indígenas as terras ocupadas pelas Cabildas do cacique Cretan, com as seguintes divisas:- a partir da cabeceira do ribeirão do Lageado Grande á cabeceira do ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios, abaixo até ao Iguaçú que será a divisa norte, respeitando os direitos de terceiros. Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 2 de Março de 1903 -15º da Republica. Francisco Xavier da Silva Arthur Pedreira de Cerqueira. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ *Apud* NOVAK, 2006)

Então, foram concedidos aos indígenas da etnia Kaingang 16.375 hectares de terra pela União por meio de decreto nº 64 de 1903 pelos serviços prestados por esses à Colônia Militar do Chopin. Frente a essas lutas Antonio Joaquim Cretã, foi considerado um grande líder que ganhou o respeito tanto, dos indígenas como dos não indígenas, pois, tinha uma relação recíproca com todos que fizeram parte da colônia. Dessa forma foi considerado e reconhecido como o grande líder dos indígenas kaingang, conhecido e respeitado por todos.

A partir do momento que foram doados esses hectares de terra para os kaingangs, iniciou se várias lutas pela manutenção e reconhecimento da terra como território indígena, passaram por várias situações históricas para reivindicar suas terras na justiça. Em 1949, o governo Estadual na figura de seu governador Moises Lupion dividiu a terra indígena em glebas, transferindo para o grupo econômico Forte- Kurhy, que passou a negociar com outras empresas, no caso o grupo Slaviero Indústria e Comércio de Madeiras. Nessa época, a cobertura vegetal de araucárias angustifólias era muito grande, o que acarretava grande interesse das empresas madeireiras, pois, nessa época tinha um valor muito mais alto. (DERLAN, 2020)

Alguns autores fizeram estudos sobre os conflitos gerados em torno dessa terra:

A partir do acordo de 1949, após a remedição do território foram retirados 8.975 hectares da posse dos indígenas e, recuperando-as para o Estado, Moisés Lupion, então Governador do Paraná, doou-as à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI). Na parcela de terras alienadas pelo estado existia grande quantidade de madeiras de lei e mata nativa de *Araucaria angustifolia*, se caracterizando como a área mais fértil dentro do território indígena. A FPCI se comprometeu a vender as terras para o grupo de compradores Forte-Khury representados por Oswaldo Forte, sendo que em 1961 nova escritura é lavrada dando vitória a esses sobre o Interdito interposto pelo ex-SPI. Nesse mesmo ano começa-se a venda, primeiro dos pinheiros e madeiras de lei, depois da terra dos então compradores à firma F. Slaviero e Filhos S. A. Indústria e Comércio de Madeiras, madeireira da cidade de Ponta Grossa. Os indígenas que viviam nas terras que passaram legalmente a F. Slaviero foram violentamente forçados a sair do território, sendo as casas incendiadas e as plantações destruídas. (BERTUOL; SILVA, 2021, pág, 11)

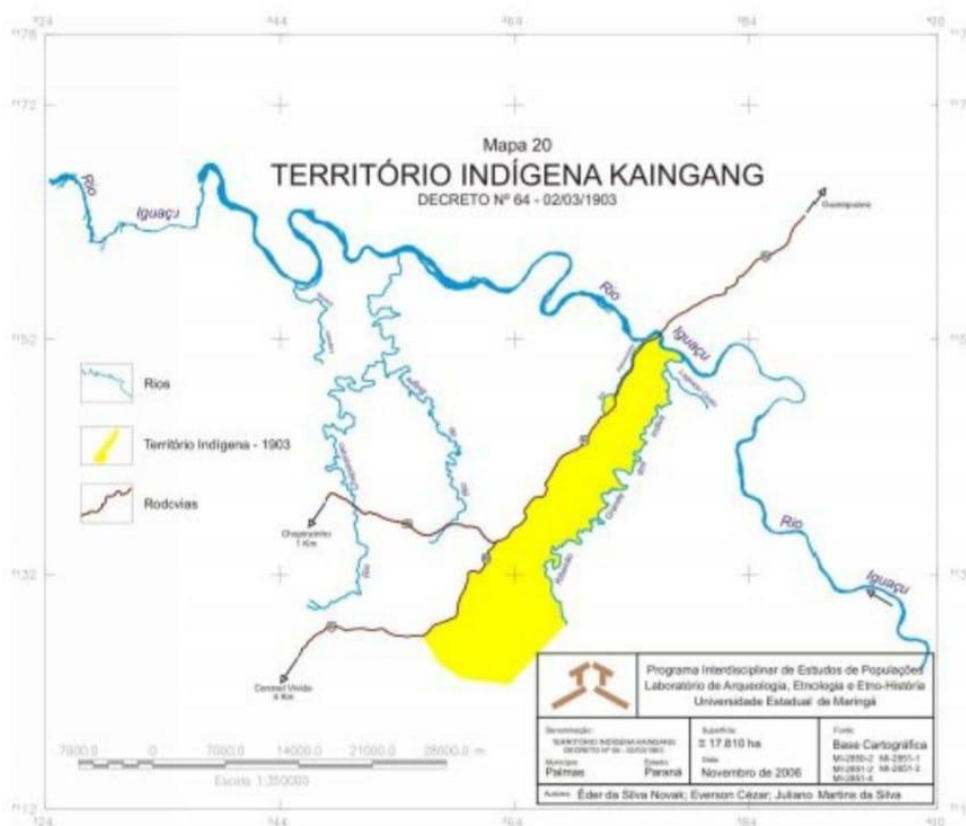
O governo do Estado do Paraná, retirou 8,975 hectares de terras da posse dos indígenas guarani e kaingang. Nesse período, por volta de 1915 algumas famílias de indígenas guarani, migraram para a TI Manguairinha, se apresentando para o então cacique José Capanema, o qual mandou os guaranis construírem sua Comunidade junto ao rio Butiá, nas proximidades da palmeirinha que era habitada pela família Capanema. Então quando o governo retirou parte da posse desses indígenas, houve um grande transtorno e as famílias que viviam na área central da TI Manguairinha foram reassentadas.

Os guaranis foram levados para perto do Rio Iguaçu, onde habitavam os caingangues da parte norte da Terra Indígena. Em meados de 1970 as famílias guaranis tiveram que ser novamente reassentadas na Palmeirinha por conta da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago no rio Iguaçu, assim parte de suas terras cultiváveis foram alagadas. Palmeirinha foi um local onde a ELETROSUL/FUNAI construíram um reassentamento. Enquanto isso os Kaingang ocupavam todo o restante do território da Terra Indígena de Manguairinha. (HELM, 1997)

Ainda nessa época os indígenas foram proibidos de fazer a coleta do pinhão, que era uma prática da sua cultura e de onde vinha grande parte de seu sustento. O grupo Slaviero na tentativa de acalmar os indígenas tentava comprá-los com agrados que ofereciam, principalmente nas comemorações como a do dia do índio.(DERLAN, 2020)

Para melhor entender de qual território estamos tratando, abaixo trazemos uma figura que mostra a configuração atual, seus limites territoriais, da TI Manguairinha.

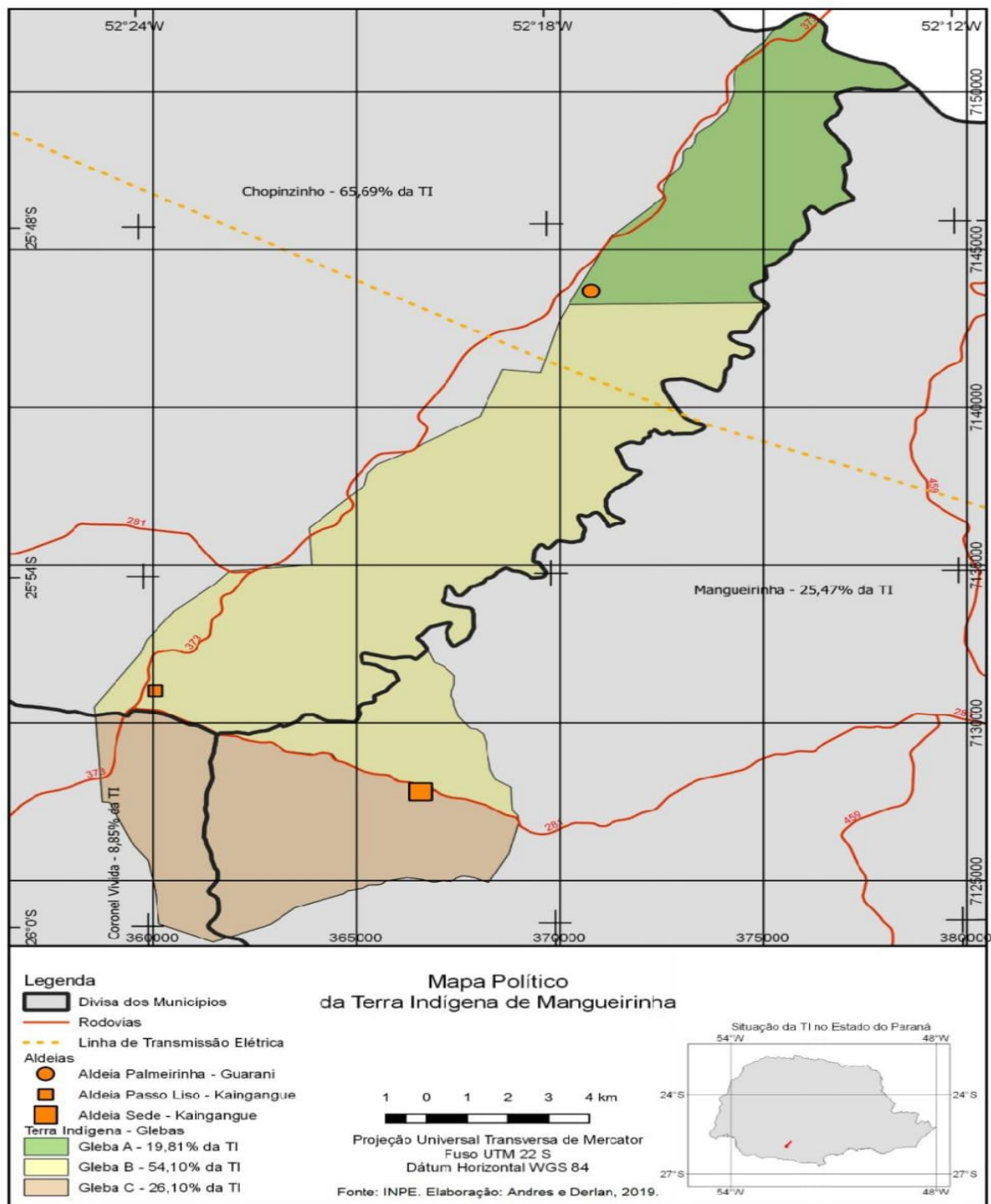
Figura 1. Território ocupado pelos Kaingang – Decreto nº 64/1903



. Fonte: Novak (2006)

A Terra Indígena de Manguaçu está localizada entre os municípios de Manguaçu, Chopinzinho e Coronel Vivida que fazem parte da região Sudoeste do Paraná. Atualmente a TI possui 16.376 hectares de terra (FUNAI, 2019). Segundo dados do IBGE, nela vivem aproximadamente 1.341 indígenas pertencentes as etnias guarani e Kaingang. A economia das famílias indígenas que vivem nessas TI se baseia da agricultura, confecções e vendas de artesanato, madeiras, lenha e exploração da natureza. A seguir será apresentado o mapa com a localização da TI Manguaçu com as principais Comunidades, que são os pontos de referência da região, assim como os municípios que fazem parte da Reserva, a qual é dividida entre os municípios de Manguaçu, Chopinzinho e Coronel Vivida. Ela é dividida em seis Comunidades, as quais se denominam: Paiol Queimado, Água Santa, Comunidade Sede, Passo Liso, Mato Branco e Palmeirinha, sendo que Palmeirinha é habitada pelos guaranis e uma parcela significativa de indígenas Kaingang.

Figura 2- Localização da Terra Indígena de Mangueirinha



Fonte: Derlan (2020)

Como foi visto no mapa a TI de Mangueirinha abrange três municípios e em cada região pertencente existe uma comunidade. Por exemplo, os pontos de referências são as glebas, ou seja, as comunidades maiores, são elas: a sede que se encontra no município de Mangueirinha, o Passo Liso que se encontra no município de Chopinzinho e Coronel

Vivida e a Palmeirinha do Iguaçu que se encontra no município de Chopinzinho. Depois, encontram-se as comunidades menores mais ao centro da mata e aquelas que ficam ao longo da rodovia.

O conhecimento sobre como se deu a vinda dos indígenas a Terra Indígena de Mangueirinha, torna-se muito importante, para depois podermos fazer uma discussão sobre os avanços e as mudanças culturais que houve e atingiram diretamente essa cultura. Através do histórico, podemos fazer uma análise do perfil dos estudantes indígenas que entram nas universidades e quais as bagagens que eles carregam quanto a sua cultura. Foi a partir das lutas pelos seus territórios que surgiram as oportunidades de formar cidadãos mais leigos que conheçam e se fortaleçam quanto cultura, quanto indígenas. Sempre houve as lutas pelos seus direitos e sempre haverá, mas é importante conhecer de onde veio essa cultura e a quanto tempo enfrentam suas lutas.

Desde então, os indígenas vêm enfrentando lutas e garantindo seus direitos frente a sociedade. E uma das principais formas de garantir sua autoafirmação como cultura indígena Kaingang é o acesso as universidades, onde o estudante indígena terá acesso aos conhecimentos científicos, produzidos no contexto acadêmico. Mas, há muitos desafios para a permanência dos indígenas na universidade. Um deles é a ambientação, as dificuldades com a língua, a cultura e o preconceito dos não indígenas.

Segundo Nascimento, et al (2020, p. 125):

A demonstração do racismo sofrida pelos indígenas nas universidades pela comunidade universitária pode ocorrer de forma velada, explícita ou por meio de expressões que desqualificam, desprestigiam, constroem ou ofendem. Essas situações são protagonizadas por docentes, técnicos/as, colegas de curso em sala de aula, nos corredores das instituições, em transportes públicos, nos ambientes de sociabilidade como restaurantes e cantinas, nos eventos, donde se infere que qualquer local pode ser palco de racismo.

Assim, optou-se por trazer para o conhecimento público a realidade enfrentada por muitos acadêmicos indígenas, suas trajetórias da Comunidade até a universidade, a busca por uma formação superior e o que os leva a desistir da formação superior. Atualmente, são apresentadas mais políticas afirmativas que ajudam o acadêmico a permanecer e a concluir o ensino superior, resultado esse de muitas lutas e desafios travados pelos estudantes e lideranças indígenas.

4 ANÁLISE SOCIOEDUCACIONAL REALIZADO COM INDÍGENAS QUE ESTUDARAM NA UFFS/CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

Para melhorar a compreensão da realidade acadêmica enfrentada pelos indígenas foi necessário elaborar um pequeno questionário, através dos quais pudemos analisar as maiores dificuldades relatadas pelo estudante indígena. Para essa pesquisa, buscamos deixar no conjunto de perguntas direcionadas para esses sujeitos, questões vivenciadas por eles no seu convívio com a comunidade acadêmica do Campus de Laranjeiras do Sul.

Através desse instrumento de pesquisa foi possível compreender algumas das situações reais enfrentadas na universidade pelos estudantes indígenas, podendo assim sanar algumas dúvidas que surgem em relação a adaptação acadêmica dentro da sala de aula, corredores, com os professores e comunidade em geral, além de identificar outras situações que tem grande influência na sua formação acadêmica.

Apesar de termos um número considerável de acadêmicos indígenas matriculados nos cursos ofertados no Campus Laranjeiras do Sul, optamos por entrevistar os estudantes indígenas pertencentes a TI de Mangueirinha para facilitar o deslocamento da autora e por entender que compartilham de uma mesma realidade. As fichas de entrevistas foram entregues para 10 pessoas, sendo que sete pertencem ao sexo feminino e três ao sexo masculino, eles são divididos entre etnia Kaingang e Guarani, das aldeias Sede, Passo Liso e Palmeirinha do Iguaçu, as quais se localizam dentro da TI Mangueirinha.

Desses estudantes indígenas aos quais foram entregues os questionários, apenas três responderam. Então, a análise será realizada de acordo com as respostas obtidas. Optamos também em não expor os nomes dos entrevistados, identificando-os apenas como estudante A, B e C. Optou-se por fazer o questionário com os estudantes indígenas mais próximos da autora e até mesmo por serem vizinhos da comunidade. Sendo assim aqueles estudantes que moravam na mesma comunidade e trabalham no mesmo lugar que a autora, responderam os questionários a eles entregues, já os indígenas das outras comunidades vizinhas não responderam. Ao questioná-los do porquê não responderam, falaram que esqueceram ou não tiveram tempo para responder.

Apesar das dificuldades encontradas por conta de não receber todos os questionários respondidos, foi possível desenvolver esse trabalho e compreender que a maioria dos estudantes indígenas compartilham das mesmas dificuldades para permanecer na universidade. Alguns apresentam níveis maiores de dificuldades, outros tem menos, mas consideram desafiador o caminho percorrido dentro da universidade. A partir de agora

vamos analisar as questões que foram respondidas pelos estudantes indígenas. Antes de adentrarmos nas respostas elaborados pelos entrevistados, vale a pena sinalizar que o instrumento elaborado para essa pesquisa se encontra no apêndice desse trabalho. Considerando que as primeiras perguntas trata-se de questões mais voltados ao estudante pesquisado, as perguntas que se vinculam diretamente a nossa pesquisa iniciam-se a partir da questão D. Assim sendo partimos imediatamente para questão D e E - Qual curso você está cursando? É a graduação que você desejava?

Nesse ponto, todos cursaram o mesmo curso, o qual seria o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas. Desses três apenas um relatou que desejava esse curso, os dois outros queriam outro curso. Sobre essa questão é importante destacar que muitos dos estudantes indígenas que ingressam na universidade, vão pela oportunidade que surgem e muitas vezes não é o curso que desejavam, talvez esse seja também um dos motivos que levam os mesmos a desistirem do Ensino Superior. Destacam também outras dificuldades como,

[...] a timidez; a vergonha de falar em público, impede até que eles tirem suas dúvidas e apresentem os trabalhos; a discriminação e o preconceito por parte de alguns colegas e professores; os olhares do tipo “o que é que esses índios estão fazendo aqui?”; a adaptação e relacionamento com os brancos; a distância da comunidade até a universidade [...]. (PERON et al, 2023, p. 20)

É através desse tipo de situação que o PIN da UFFS busca melhorar o atendimento a esses estudantes, trabalhando intensamente com professores que realmente se importam com a diversidade cultural, respeitando as diferenças indígenas existentes no campus. Dessa forma, mesmo não sendo o curso que o indígena sonhava, ele é acolhido e tem o apoio da universidade, que oferece professores qualificados que compreendem e respeitam as dificuldades que eles apresentam.

Na sequência das questões passamos para a seguinte pergunta: Você conhece a Política de Acesso e Permanência dos indígenas na Universidade? Dos três entrevistados apenas um aluno admitiu não conhecer a política de permanência na universidade.

A política de Permanência na UFFS completou 10 anos de existência, mas ainda existem estudantes indígenas que não participam das atividades promovidas pela comissão responsável para acompanhá-los, de socializar com outras pessoas, o que dificulta o acesso a muitas informações necessárias para melhorar sua permanência na universidade. Buscando estratégias de permanência, conforme prevê a Resolução aprovada no conselho

universitário, um professor do campus, responsável pelo acompanhamento dos estudantes indígenas coordena a monitoria PIN:

O Programa de Monitoria de Ensino da Universidade Federal da Fronteira Sul é um programa efetivado por meio de Projetos de Ensino, que tem por finalidade promover a aproximação com a prática docente no Ensino Superior e contribuir com a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação, envolvendo docentes e discentes, na condição de orientadores e monitores, respectivamente. (DURAT, PONTAROLO E MENDES, 2023, p. 53)

A monitoria PIN vem para dar suporte a permanência dos estudantes indígenas na Universidade, então seria importante que todos conhecessem essas políticas, assim poderiam ter a segurança de que estão amparados e que podem ter uma formação superior, superando suas próprias expectativas, dificuldades e obstáculos que surgem durante o curso. No conjunto de questões que estamos analisando aqui, a questão G, onde objetivamos identificar quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo estudantes ao ingressar na universidade:

Aluno A- No meu caso, não identifiquei de imediato nenhuma dificuldade, pois o processo seletivo pelo qual a gente passa é bem qualificado pra escolher os selecionados, já uma dificuldade pela qual eu passei, foi quando já estava ingressada na faculdade que foi a distância da família o principal motivo que fez com desistisse do curso. **Aluno B-** A maior dificuldade foi a nossa permanência no alojamento de Candói éramos mal assistido no começo do curso dormíamos no chão, nós sempre tinha que levar a nossa própria alimentação demorou tempo para que nós alunos se acostumassem com aquele ambiente por falta de organização havia muito conflito entre nós alunos houve certo preconceito entre alunos não indígena e indígena não aceitavam que nós indígena recebiam a bolsa maior por isso ficamos mais distante deles com o tempo isso ficou de lado. levaram tempo para cada um entender as suas funções. **Aluno C-** Um meio de transporte para ir até a faculdade, e um pouco por conta das aulas online que necessitavam de uma conexão com a internet de boa qualidade. (QUESTIONÁRIO, 2023)

Podemos compreender a partir da análise dessa questão que ambos, citam algumas das dificuldades que enfrentam ou enfrentaram na universidade, isso se deve à falta de informação, diálogo entre os estudantes e principalmente pelo choque de realidade que acontece, pois estão acostumados com uma vivência totalmente diferente da qual estão enfrentando agora. AMARAL, cita em seu trabalho que,

[...] O ingresso e a permanência dos indígenas no espaço universitário e urbano (no caso daqueles que que passam a residir nas cidades) tornam-se desafiadores para esses sujeitos que passam a aprender, a vivenciar e a intercambiar diferentes perspectivas, concepções e experiências, provocando e sendo por elas provocados a refletirem sobre sua identidade étnica. (AMARAL, p.106).

Segundo o autor a permanência também depende muito da perspectiva e apoio familiar, da comunidade a qual pertence e principalmente do estudante que precisa superar

as questões étnicas de sua cultura e perseverar na busca de seu objetivo. Sabe se, que as comunidades indígenas ainda encontram-se em situações muito precárias, o que dificulta o acesso a internet, que é um dos principais motivos citados pelos estudantes quando se fala das dificuldades enfrentadas na universidade. Em relação ao preconceito na universidade, pelos servidores ou professores em sala de aula, se eles já tinham passado por alguma situação:

Aluno A- Relatou não ter sofrido preconceito por nenhum dos sujeitos citados na pergunta, mas sofreu preconceito por colegas não indígenas e até mesmo pelos próprios indígenas por não falar a língua materna fluentemente. **Aluno B-** Relatou não ter sofrido preconceitos diretamente, mas teve alguns problemas de saúde que a fez faltar em algumas aulas e por causa disso uma professora citou que “alunos indígenas não deveriam estar faltando nas aulas, pois já recebiam bolsa pra isso”. A aluna indígena se sentiu incomodada com essa situação e com a indiferença da professora. **Aluno C-** Relatou não ter sofrido nenhum tipo de preconceito. (QUESTIONÁRIO, 2023).

A cada ano que passa a universidade vem promovendo melhorias nas ações de atendimento dos estudantes indígenas, mas ainda precisa fazer muito mais, pois, precisa-se da conscientização dos demais acadêmicos sobre a situação cultural que o indígena carrega em suas costas e que os atos negativos contra o indígena acarretam muitos danos contra a sua autoestima e sua identidade cultural. Em relação a Monitoria PIN, foi perguntando aos estudantes se eles conheciam e se já haviam solicitado algum auxílio dos monitores, todos os estudantes relataram não conhecer e nunca ter participado de nenhum atendimento desse projeto.

Sem dúvida um dos maiores desafios dos estudantes indígenas ainda é o acesso às informações dentro da universidade, isso muitas vezes, causado pela timidez que muito atrapalha a maioria dos indígenas e principalmente a dificuldade em falar e compreender a língua portuguesa. Tendo em vista esses pontos, a universidade tem muito a melhorar para oferecer apoio a esses estudantes de forma que eles procurem por iniciativa própria, o acesso a essas informações, as quais são imprescindíveis para facilitar a permanência na universidade. Dessa maneira:

[...] a monitoria e, mais especificamente, a monitoria desenvolvida pelo PIN, é um programa de ensino caracterizado pela participação do estudante e orientadores em diversos projetos, a exemplo do Programa de Iniciação à Docência- PIBID, entre outros, que são desenvolvidos para apoiar o ensino de graduação. Assim o programa de monitoria se coloca como estratégia que contribui significativamente com a qualidade do ensino. (DURAT, PONTAROLO E MENDES, 2023, pág. 56)

É importante que o estudante indígena procure conhecer e compreender as políticas que existem dentro da universidade, principalmente a política indígena, pois, assim ele pode questionar e até mesmo facilitar a sua permanência na universidade. É importantíssimo que

conheçam a monitoria PIN e tenham acesso a ela, pois é, a partir dessa política de permanência que o estudante se sentirá seguro para enfrentar as adversidades encontradas durante o percurso.

Sobre os motivos que o levaram a fazer o curso de graduação que você está matriculado na universidade, os estudantes A, B e C responderam que entraram no curso por causa da oportunidade que surgiu e conforme foram conhecendo o curso, foram se interessando.

É notório, as respostas quando se questiona por que o estudante escolheu tal curso? A maioria vai responder porque foi a oportunidade que surgiu para iniciar uma formação superior na universidade. E sabe se que muitos não desenvolvem um bom desempenho em relação ao curso porque não era aquilo que queria, mas por outro lado, alguns indígenas acabam se identificando com o curso, mudando sua opinião sobre sua escolha.

Enfim, a muito a ser conquistado pelos indígenas na universidade, mas também a muito a ser feito pela universidade para garantir a permanência e a conclusão do ensino superior pelos estudantes indígenas que já estão dentro da universidade. A monitoria PIN da UFFS veio como uma Política eficiente que proporciona acessibilidade aos indígenas que chegam na universidade, mas precisa ser plenamente desenvolvida e conhecida por todos os estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar os desafios enfrentados pelos estudantes indígenas que ingressam na universidade em busca de uma formação acadêmica, também buscou caracterizar a legislação e as políticas públicas existentes na UFFS para atender ao público indígena. Como a pesquisa foi realizada por uma estudante indígena pertencente a Terra Indígena de Mangueirinha, achou-se necessário apresentar um pouco do histórico da Terra Indígena, assim como os estudantes indígenas entrevistados pertencem a mesma Terra Indígenas.

A partir das questões respondidas pelos estudantes indígenas podemos compreender que a maior dificuldade enfrentada por eles é a questão familiar, pois, ficar longe da família não é tão fácil. Outro ponto citado é a questão de moradia e transporte, mas sabemos que a universidade ajuda através de uma bolsa de estudos, a qual vem com intenção de evitar a desistência dos alunos indígenas da universidade. É claro que na atualidade, o valor da bolsa ofertada, ainda não consegue manter todas as necessidades acadêmicas do estudante, mas é um suporte que consigam terminar o curso ao qual estão matriculados.

Não podemos esquecer que a universidade teve muitos avanços na questão indígena, procurando alternativas e formas de acolher os estudantes indígenas, os quais possam a partir de uma formação qualificada no ensino superior, mudar para melhor a realidade em vivem seus familiares e sua comunidade:

A UFFS desde o seu projeto de criação tem se preocupado em desenvolver o ensino a pesquisa e a extensão considerando o perfil social, econômico e cultural da população e as necessidades e demandas regionais. Nesse sentido, tem se desenvolvido suas ações a partir do entendimento de que a universidade nasce da sociedade para ser um bem público a seu serviço. (DURAT; MENDES; PONTAROLO, 2023, p. 54).

A cada ano que passa a universidade vem desenvolvendo suas ações em prol de uma educação diferenciada que atenda às necessidades do público marginalizado e que por muitos anos sofreram as consequências de uma sociedade preconceituosa. Sabemos que ainda há muito a ser melhorado na universidade, para atender os indígenas de acordo com suas crenças sem perder sua essência. Os indígenas que conseguem concluir a formação acadêmica, sempre voltam para as suas comunidades para aplicar os conhecimentos adquiridos durante seu percurso.

Um outro fator que influencia na desistência dos estudantes indígenas da universidade seria a falta de sociabilidade com os colegas de turma e outros espaços da universidade, onde o

estudante se sente como “um estrangeiro”, pois, encontra se em uma realidade diferente da sua e o novo público não está preparado para vivenciar as diferenças culturais que vem com o novo colega e mesmo sem perceber acabam excluindo o mesmo do meio social ao qual está tentando se encaixar.

E para tentar diminuir as dificuldades tanto, sociais como de aprendizagem do conteúdo, a universidade criou monitorias como uma forma de auxiliar o estudante para enfrentar esses desafios, entendendo que: o desconhecimento do modo de vida indígena acaba resultando em relações preconceituosas e excludentes.” (DURAT; MENDES; PONTAROLO, 2023, p. 55) Desta forma, a universidade busca oferecer e procurar formas de auxiliar o estudante indígena para que ele não desista do curso e conclua a sua formação

Então, de acordo com as políticas adotadas dentro da universidade, busca se melhorar o atendimento aos universitários indígenas, diminuindo os índices de evasão dos cursos nos quais os indígenas estão matriculados. Ainda há muito a ser melhorado em termos de política de acesso e permanência, principalmente na questão que envolve a realidade dos indígenas, mas podemos perceber que a universidade está trabalhando para melhorar o atendimento desse público e oferecendo alguns subsídios necessários para atender as necessidades básicas dos mesmos dentro do espaço universitário.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Wagner Roberto. **A presença dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: Trajetórias e pertencimentos.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. vol.93 no.235 Brasília Sept./Dec. 2012. Acesso em: 20/10/2021 <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/F8qWHQJMzZtZL4VRYqq9Dnq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19.10.2021.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência.** Scielo-Brasil. Acesso em 20/10/2021 <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dx8gDkg34fWLQw7DvCbjhzyz/abstract/?lang=pt>.
- BERTUOL, Eduarda. SILVA, Emerson Neves da. **Conflito agrário da Terra Indígena de Manguueirinha –PR.** N°1, vol 4- Edição: Anais da História em Debate. 29/09 a 01/10/2021.
- DERLAN, Patrícia Fernanda. **Resgate Histórico e Análise- Temporal da Ocupação da Terra Indígena de Manguueirinha, Paraná (1975 a 2019)/** Patrícia Fernanda Derlan; orientador, Luciano Zanetti Pessoa Candioto; coorientador, Juliano Andres, 2020. 114f. Dissertação Mestrado Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Graduação em Geografia Programa de Pós Graduação em Geografia, 2020.
- DURAT, Cristiano Augusto; MENDES, Marciane Maria; ONCAY, Solange Toderon Von; . A presença indígena na universidade sob a perspectiva da educação popular. In: Paulo Alfredo Schönardie; Claudete Beise Ulrichh; Liria Ângela Andrioli. (Org.). **Educação Popular: epistemologias, diálogos e saberes.** 1ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-books, 2022, v. 2, p. 48-63.
- DURAT, Cristiano Augusto; PONTAROLO, Fabio.; MENDES, Marciane. Maria .Monitoria PIN: uma experiência em construção na UFFS - Campus Laranjeiras do Sul In: Peron, Lucélia., Cella, Rosenei., & Rodrigues, Diego Palmeira. (Org). **Os 10 anos do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN da UFFS: itinerários percorridos.** 1 ed. Chapecó: Zenodo, 2023, v.1, p. 52-58.
- HELM, Cecília Maria Vieira. **Direitos Territoriais Indígenas: Disputa judicial entre Kaingang, Guarani e Madeireiros Pela Terra Indígena Manguueirinha, Paraná, Brasil.** Vol.1- Curitiba 1997.
- LUCIANO, Gérsem José dos Santos; AMARAL, Wagner Roberto. **Povos Indígenas e a Educação Superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectiva. Integración y Conocimiento,** vol. 2, ano 2021.
- NASCIMENTO, Adir Casaro; URQUIZA, Antonio H. Aguilera; LANDA, Beatriz dos Santos; VIEIRA, Carlos Magno N. **Educação Superior e Povos Indígenas no Brasil.** (Org). **Educacion Superior Y Pueblos Indígenas Y Afrodescendientes em América Latina: Las múltiples formas del racismo/Daniel Mato et al.** 1 ed – Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2020, p.119- 131.
- PAULINO, Marcos Moreira. **Povos Indígenas e Ações Afirmativas: O caso do Paraná/** Marcos Moreira Paulino. – Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2008.
- RESOLUÇÃO N° 33/ 2013- **CONSUNI.** Conselho Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24° ed. São Paulo: Editora Cortez- 2017.

APÊNDICE A – Questionário socioeducacional

QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ACADÊMICOS INDÍGENAS DA UFFS

- a. Entrevistado (a) (Nome ou apelido): Observações- não é obrigatório se identificar.
- b. Idade: Etnia:
- c. Terra Indígena:
- d. Qual curso você está cursando?
- e. É o curso de graduação que você desejava? Se não, qual seria?
- f. Você conhece a Política de Acesso e Permanência dos indígenas na Universidade?
- g. Quais são as principais dificuldades enfrentadas por você ao ingressar na universidade? Descreva todas as situações?
- h. Você já sofreu algum tipo de preconceito por algum servidor/setor da universidade? Relate.
- i. Você já sofreu algum tipo de preconceito em sala de aula por algum professor?
- j. Você já participou da monitoria Pin? Sabe o que é? Você precisou de algum auxílio dos monitores?
- k. Quais foram os motivos que o levaram a fazer o curso de graduação que você está matriculado na universidade?

Fonte: Elaborado pela autora (2023)